

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LITERATURA: NARRATIVAS SOBRE AS FLORESTAS¹

Leandro Belinaso Guimarães

Resumo

O artigo analisa como a floresta amazônica foi narrada, no início do século XX, na literatura de viagem de Euclides da Cunha, destacando os efeitos pedagógicos de tais narrativas. Argumenta-se que os animais que habitavam a floresta naqueles tempos foram discursivamente silenciados. Com essa estratégia, buscou-se romper com uma literatura naturalista e estrangeira de viagem do século XIX sobre a Amazônia. Essa operação discursiva pretendeu *nacionalizar* a floresta, visando seu preenchimento por brasileiros, sua integração à nação, seu desenvolvimento econômico e social. As análises foram processadas sob inspiração dos estudos culturais, em suas versões latino-americanas. O artigo busca, em suas conclusões, promover indagações ao atual campo da educação ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Estudos Culturais, Amazônia.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND LITERATURE: NARRATIVES ABOUT THE FORESTS

Abstract

This article analyses as the Amazon forest was narrate, in the early 20th century, on the travelling literature of Euclides da Cunha, highlighting the pedagogical effects of such narratives. It is argued that animals which live in the forest at that time were discursively silenced. With this strategy was sought to break with a naturalist and foreign travel literature of the XIX century about the Amazon. This discursive operation intends to nationalize the forest, aiming the filling by Brazilians, your integration to the nation, your economical and social development. The analyses were processed under the inspiration of cultural studies, in their Latin-American versions. The article attempts in its conclusions promote questionings in the current field of environmental education.

Keywords: Environmental Education, Cultural Studies, Amazon

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada em uma mesa-redonda no IV Encontro Gaúcho de Educação Ambiental, realizado na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI - Erechim), em 2007.

Gostaria de iniciar este artigo comentando que este ensaio, resultado de uma pesquisa de doutorado em educação, se debruça sobre a relação entre educação ambiental e literatura, posicionando-se nas bordas dessa articulação. Com isso quero dizer que meu foco não é a articulação em si mesma, suas potencialidades ou suas restrições. Resolvi, fragilmente quem sabe, somente criar um ordenamento de enunciados – tal como faz os diferentes textos escritos (sejam eles tidos como *literários* ou não), já que “um texto é qualquer sequência *ordenada* de enunciados” (LINK, 2002, p.27) – entre dois textos *literários*² que focam a floresta, o bosque, a mata, em tempos e circunstâncias muito distintas, destacando as relações humanas tecidas com esses espaços. Ao proceder dessa forma, pretendo contribuir com algumas indagações a todos aqueles interessados, como eu, na educação ambiental, sobretudo em suas vertentes socioambientais focalizadas em perscrutar as relações entre as sociedades e os meios ambientes.

O primeiro livro que abordarei, e sobre ele destinarei um maior espaço neste artigo, foi escrito por Euclides da Cunha no início do século XX e intitula-se “À Margem da História”. O texto é relativo, em sua primeira metade, a uma viagem oficial que o escritor empreendeu para a floresta amazônica no ano de 1905³ e cujo objetivo central era mapear o rio Purus, desde sua desembocadura, em Manaus, até suas cabeceiras no atual Estado do Acre. O intento da viagem era, através do traçado definitivo deste rio, resolver os litígios de fronteira entre o Brasil, a Bolívia e o Peru. A demarcação das últimas fronteiras da nação na Amazônia (bem como de outras regiões do país) era uma das principais missões assumidas pelo Governo (sobretudo na figura de seu Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco) naquele início da

² Difícil definir a literariedade dos textos em questão (bem como de quaisquer outros). Sei que essa é uma questão espinhosa, mas ela não me importa muito. Pensá-la pressuporia indagar, por exemplo, se um texto de ensaios (os chamados livros de não-ficção que encontramos nas listagens dos mais vendidos da semana nos jornais e nas revistas) seria, ou não, literatura. Deixo essa pergunta (tão desinteressante) para aqueles que buscam traçar fronteiras, definir limites, vigiar campos e práticas. Como destaca Walter Moser (1998), um praticante de estudos culturais está interessado em séries “heteróclitas não provenientes de coleções de textos institucionalmente constituídos e socialmente legitimados” (p. 71). O cânone definitivamente pouco importa para um praticante de estudos culturais. De qualquer forma, e talvez por sorte, selecionei para escrever este ensaio dois livros assinados por autores que gozam de relativo prestígio, sendo reconhecidos como importantes *literatos* de seus tempos.

³ A Amazônia e o Brasil viviam os tempos áureos da exploração da borracha. Sobre a “belle époque” amazônica, ver o livro de Ana Maria Daou (2000).

República brasileira. A viagem de Euclides da Cunha articula-se a este desejo, premente à época, de definição, demarcação e soberania sobre os territórios da nação republicana brasileira⁴.

Esse desejo oficial de delimitar as fronteiras da nação não era uma intencionalidade singular ao Brasil naquele momento. Como demonstrou Álvaro Bravo (1999), ao final do século XIX, desencadearam-se pela América Latina processos de *nacionalização* dos territórios⁵. O autor analisou as questões que estiveram em jogo na definição das fronteiras de duas nações: a Argentina e o Chile. E, para tanto, debruçou-se em textos de viagem assinados por escritores que incorporaram, oficialmente, esta missão. O que impulsionava os viajantes daqueles tempos era a possibilidade de documentação e de escrituração de territórios até então ignorados, abandonados, que estavam “à margem da história” (como diria Euclides da Cunha). Através do ato de escritura, promover-se-ia a incorporação desses mesmos territórios sem pátria e *desérticos* de civilização à nação que se almejava colocar nas trilhas do progresso. Através, entre outras coisas, da literatura, essas territorialidades passaram a existir, também, como territórios nacionais.

O interessante é que tais viajantes, como Euclides da Cunha, não podem (acredito eu), ser lidos como arautos dos interesses econômicos e políticos dos governos que, porventura, representavam. Como argumenta Bravo (1999), “a narrativa de fronteira está configurada por negociações, alianças contingentes e ataques táticos entre os quais emerge, também,

⁴ “Rio Branco [o Barão], com o senso diplomático que lhe era característico, fez um acordo direto com o governo boliviano, obtendo que este cedesse o Acre ao Brasil, mediante o pagamento de dois milhões de esterlinas, a construção de uma ferrovia que escoasse a produção da Amazônia boliviana para o Atlântico e algumas retificações fronteiriças [sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré ver o livro de Francisco Hardman (2005)]. Em 1903, o Tratado de Petrópolis consagrava a última anexação territorial ao Brasil, que seria completada com um acordo com o Peru (1909), pelo qual ficaram estabelecidos os limites entre as duas Repúblicas, garantindo ao Brasil a sua soberania sobre o Alto Juruá e o Alto Purus” (ANDRADE, 2005, p. 42).

⁵ Naquele momento, início do século XX, processos de *nacionalização* da floresta amazônica estavam em operação e envolviam a ocupação, o desenvolvimento, a civilização, o progresso, a integração daquele território à nação brasileira. Sobre isso, ver minha tese de doutorado (GUIMARÃES, 2007). Interessante é notar que, atualmente, os discursos sobre a proteção e a preservação (seu uso sustentável) da floresta são proeminentes. A esta direção discursiva parece articular-se a questão da soberania nacional sobre a Amazônia, já que grupos “ambientalistas” internacionais têm adquirido fartas terras na floresta com a intenção (pelo menos a anunciada) de sua preservação. Sobre isso, ver reportagem de Roldão Arruda (2007), no jornal “O Estado de São Paulo”.

uma visão crítica e reveladora do estado da Nação” (p.36). Em minha tese de doutorado, chamei estes textos de fronteira como escriturados *em* processos de hibridação, nos quais se articularam elementos díspares na configuração dos deslizantes e balbuciantes significados sobre os territórios que buscaram escriturar e inscrever no país, na América Latina e, quiçá, no mundo (GUIMARÃES, 2007).

Feitas estas considerações iniciais sobre o primeiro texto que abordarei neste artigo, passo a tecer considerações sobre o segundo livro que enfocarei já em uma seção de finalização do texto. Ele é uma espécie de fábula sobre a vida que se vive em uma aldeia qualquer, em um tempo qualquer, escrita, recentemente, pelo israelense Amós Oz. O livro intitula-se “De repente, nas profundezas do bosque”. Este pequeno livro pretende chamar nossa atenção para os modos como lidamos com aqueles que são diferentes de nós e que, talvez, chamaríamos de “anormais” (inspirando-se em Michel Foucault) ou “não-humanos” (inspirando-se em Bruno Latour) ou de “estranhos” (inspirando-se em Zygmunt Bauman). Seu autor, por ser israelense talvez, busca, através de uma fábula, perguntar sobre essa quase impossibilidade de convivência entre a diferença – que marcaria nosso tempo (e, dramaticamente, o atual território de Israel e suas fronteiras). Entretanto, considero que o atraente do livro (pelo menos para os meus interesses particulares vinculados à educação ambiental) não está nesta sua questão central e, sobre ela, inclusive, pouco comentarei. Interessou-me, sobretudo, ver nessa obra os modos como se estabeleceu uma fronteira entre a aldeia e o bosque que a cerca. Os habitantes não se atrevem a adentrar as profundezas daquela floresta (apenas algumas personagens o fazem) e, portanto, permanecem recônditos ao território do entorno de suas casas. E os motivos que levam a essa delimitação de fronteira deixo para expor mais adiante quando for focar mais especificamente o artefato literário em questão.

Passo agora a tecer minhas últimas considerações introdutórias, sendo que considero importante perguntar sobre a pertinência de articular textos tão distintos, tão distanciados no tempo e no espaço. Anuncio, então, uma questão que os une e que examinarei neste ensaio: em nenhum deles, embora foquem florestas e bosques, há qualquer sinal de vida animal (não-humana). Busco responder com este ensaio a indagação que eles me provocam: o que os permitiu, como textos emergidos em seus devidos tempos, escriturar florestas “sem” fauna? E a resposta a essa pergunta será, substancialmente, diferente para cada um dos dois textos (embora eu chegue não a uma resposta, mas a outras perguntas).

Aliás, como vocês poderão notar, o título deste ensaio é uma composição a partir de ambos os textos aqui pensados e articulados. Antes de finalizar esta introdução cabe ainda perguntar: que teorizações eu invoco para permitir tal tentativa aparentemente descabida de associação? E, finalmente: o que tudo isso tem a ver com a educação ambiental? Vamos, pausada e sucintamente, comentar estas perguntas.

Os livros citados podem ser articulados por construírem, intencionalmente (mas essa intencionalidade não é, simplesmente, subjetiva, ou seja, própria do sujeito que escreve e, sim, relativa ao tempo e à circunstância em que tal escrita é composta), em suas linhas e páginas, uma floresta (um bosque) repleta de *silêncios*, pois nela não se ouve mais qualquer canto de pássaros, qualquer coaxar de sapos, qualquer rugido de macacos, de guizos de serpentes, de rosnar de onças, de latidos de cães, de miados de gatos. A pergunta que pretendo tatear (e volto a fazê-la) é por que em ambos os textos a floresta (e também a aldeia) emerge como um lugar, aparentemente, “sem” fauna? E através dessa indagação, penso que a articulação entre eles é possível, embora indevida e desnecessária, pois ela é uma operação própria ao estudo cultural que se está praticando neste ensaio. E mais, desejo marcar, aqui, a descontinuidade entre os dois livros que estou lendo. Com isso, resalto que não busco qualquer continuidade que possa nos levar a pensar que o último é uma decorrência do primeiro.

Os estudos culturais, através do conceito de *articulação*, ampliam as significações que muitas vezes parecem ser inerentes a algum conceito, a alguma prática social ou objeto tomado sob o crivo analítico desse campo. Ao colocar questões, significações e mesmo campos disciplinares em *articulação* com inúmeras outras questões, tomadas por alguns como aparentemente desnecessárias ou, até mesmo, *indevidas*, essas, além de se ampliarem, desnaturalizam-se e deslocam-se para outras posições e campos. No entanto, cabe ressaltar que as *articulações* processadas nestes estudos são sempre tomadas como temporárias e instáveis. Através dessa noção, processa-se um jogo nas análises culturais, ou seja, opera-se uma desarticulação daquilo que se naturalizou e se solidificou em uma significação estreita porque fixada, para, ao mesmo tempo, promover-se uma re-articulação com outras questões. Porém, este processo nunca deve ser visto como completo, pois sempre há sobras, ou seja, sempre se deixa de articular algo em qualquer análise cultural que se faça. Talvez, possa dizer

que os processos articulatórios são, quase, ilimitados, mas sempre incompletos⁶.

Feitos estes comentários introdutórios que marcam os dois artefatos em que me debruçarei, bem como a questão central que pretendo abordar, passo a tecer considerações em torno do primeiro texto.

Uma Amazônia à margem da história

A narrativa a respeito dos rios amazônicos torna-se marcante do olhar *euclidiano* à floresta amazônica. O rio Purus, navegado pelo viajante, mesmo não acometido, durante todo o percurso da viagem, por tempestades, atormenta, ele mesmo em seu curso, não simplesmente o narrador, mas a própria floresta. Se o viajante está dramaticamente estarrecido com o caráter tumultuado dos rios amazônicos, será, contudo, o próprio território brasileiro a se enredar nesse drama, a se estarrecer, perturbar e modificar. O rio barroco carrega a terra, o território, a pátria; ele é narrado como arrancando de forma assombrosa os sedimentos de solo e dissolvendo-os no mar. O rio, na epopéia *euclidiana*, *apaga* quase que literalmente a terra.

As fotografias que mostram a viagem de Euclides da Cunha pela Amazônia testemunham momentos da viagem que, aos nossos olhos, instituem uma sensação de tranquilidade mórbida. Nas águas aparentemente tranquilas desliza, um barco simples que parece navegar em um movimento lento e contínuo configurando, até, uma sonolência incontrolável àqueles que olham e, talvez, àqueles que navegam e que não se deixam ver através de fotos. Aliás, a vida, naquele pequeno território enquadrado fotograficamente, só é presumível pela existência e pelo foco lançado, exatamente, ao barco que leva os viajantes. Nele, há certamente alguém, pois o barco rasga as águas de uma floresta aparentemente vazia, sem rastros, por exemplo, de fauna. As fotografias, ao instituírem cenários monocromados, homogêneos, constantes, vazios, impenetráveis, põem em relevo a metáfora *euclidiana* do sertão amazônico: uma floresta desértica avessa às artes e às ciências. Porém, essa quase única cor, esse sempre mesmo estado das águas, essa aparente constância no passar do tempo, não permitiu à floresta enquadrada

⁶ Para um maior detalhamento sobre o conceito de articulação, ver: Slack (1996) e Wortmann (2005).

mostrar, segundo o viajante, a desordem provocada pelos rios no território amazônico. Eis a importância da narrativa. Será ela a marcar, mesmo que de forma insuficiente, talvez, aos olhos do narrador, aquilo que a captura imagética não torna possível, pois produz, apenas, um quadro fixo daquela vastidão territorial.

Se as fotografias concebem uma viagem sem sobressaltos, nas páginas da narrativa *euclidiana*, o rio fotografado em seu fluxo suave e tranquilo é transmutado em um rio barroco, indomável, furioso, incontornável. Na descrição do rio, começa a emergir, através dos textos de viagem de Euclides da Cunha (1999), uma Amazônia caótica e nômade. Nas próprias palavras do viajante:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem ali é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos (p.02).

Depois de uma única enchente se desmancham os trabalhos de um hidrógrafo (p.02).

O que nele se destaca [no rio Amazonas] é a função destruidora e exclusiva. A enorme caudal está destruindo a terra. (...) O maior dos rios não tem delta (p.05).

O [rio] Amazonas (...) poderia reconstruí-lo [o continente] em pouco tempo, com os só 3.000.000 de metros cúbicos de sedimentos, que carrega em vinte e quatro horas. Mas dissipamos. A sua corrente turbida, adensada nos últimos lances de seu itinerário de 6.000 milhas, com os desmontes dos litorais, que dia a dia se debarrancam, fazendo recuar a costa que se desenrola desde o Peru ao Araguari, decanta-se todo no Atlântico (p.06).

Porque, na realidade, esta [a terra] se reconstitui mui longe das nossas plagas. Neste ponto, o rio que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra (p.06).

A inconstância tumultuária do rio retrata-se ademais nas suas curvas infundáveis, desesperadamente enleada, recordando

o roteiro indeciso de um caminhante perdido, a esmar horizontes, volvendo-se a todos os rumos ou arrojando-se à ventura em repentinos atalhos. (...) sempre desordenado, e revolto, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomençar perpetuamente num quadro indefinido... (p.09).

Tal é o rio; tal a sua história: revolta, desordenada, incompleta (p.09).

O viajante não enxergou na Amazônia lirismo, tranquilidade, beleza, paz e ordem, atributos algumas vezes utilizados para configurá-la conforme alguns escritos naturalistas europeus do século XIX. Não foi uma estética do sublime, ou, então, do pitoresco, que foi vislumbrada por Euclides da Cunha. Pelo contrário, parece ter sido uma estética barroca que saltou aos olhos *euclidianos*, uma estética marcada pela tormenta, repleta de contornos indecifráveis, de vibrantes densidades de formas e de detalhamentos de uma saga de destruição. Como argumenta Roberto Ventura (2003), “o rio é barroco na volúpia vertiginosa da recriação incessante: retoca, refaz e recomeça um quadro perpetuamente indefinido” (p. 246). Esse rio precisa ser controlado, domado; o próprio território amazônico precisa ser incorporado à nação. Quais são as saídas para concretizar uma transformação, uma reconstrução que se faz necessária, um amansamento de um território infernal, bárbaro, barroco? Nas palavras do viajante:

De qualquer modo urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra com o futuro, um serviço organizado de melhoramentos, pequeno embora em começo, mais crescente com os nossos recursos – que nos salve o majestoso rio. (...) O Purus é um enjeitado. (...) Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, umas das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica (CUNHA, 1999, p.28).

Euclides da Cunha situa seu próprio projeto literário como importante a esse exaustivo e complexo empreendimento, pois, através dele, o viajante deseja contribuir para o progresso e o avanço do Brasil.

Eis novamente a importância da narrativa. Eis, também, o início de uma história de inscrição de uma Amazônia caótica, bárbara e selvagem a ser domada, para permitir a construção de uma nação próspera e com seu território repleto de civilização. Não uma civilização europeia, delimitada através dos territórios litorâneos e urbanos do Brasil (cheios de estrangeirismos), mas uma “outra” civilização, quem sabe, tipicamente brasileira. Para tanto, era necessário *interromper* alguns discursos sobre a Amazônia que estavam encarnados naquele tempo e que reverberavam, entre outros lugares, nas páginas escritas pelos viajantes naturalistas estrangeiros, tão prechos de descrições da flora e da fauna, que, agora, já não servem mais, pois o que passa a estar em jogo é essa missão de *nacionalização* do território amazônico.

Naquele momento, início do século XX, era preciso lançar um olhar para a Amazônia que fosse muito próprio ao Brasil. Era necessário não apenas ver com os próprios olhos, mas ver com olhos, agora, muito próprios de um brasileiro. O Brasil republicano necessitava encontrar seus próprios rumos em direção ao progresso e à civilização. Era preciso, então, destituir a Amazônia dos *marcadores* que a literatura científica e estrangeira de viagem havia imprimido à floresta durante mais de um século. Uma floresta que encanta a alma humana não poderia ser incorporada às prerrogativas de uma nação que urgia estar completamente civilizada e caminhando em direção ao progresso, sendo necessário, para tanto, entre muitas outras coisas, eliminar os últimos redutos “desérticos” do Brasil. A Amazônia configura-se, então, sob essa perspectiva, como repleta de desencantos, pois como seria possível desenvolver, modificar, uma *terra encantada*? Tornava-se necessário constituir-la *de outros modos* e, assim, incorporá-la ao processo de desenvolvimento pensado como necessário à República do Brasil. E, nessa composição, a fauna que inundava seus mais profundos cantos é *silenciada* (a fauna e os grupos indígenas que lá habitavam). Nas palavras de Euclides da Cunha:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o amazonas real,

vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disso, sob o conceito estreitamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país. Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba (CUNHA, 1999, p.01).

Se a literatura científica de viagem, no decorrer do século XIX, principalmente aquela que combinou ciência e estética romântica, produziu uma Amazônia repleta de encantos (e de descrições de seus habitantes), tratava-se, agora, de produzir o seu desencantamento e com urgência. Através da viagem *euclidiana*, a floresta desencantada poderia finalmente inscrever-se no mundo. Talvez seja importante dizer que não foi a “Amazônia real” (como argumenta o próprio Euclides da Cunha na passagem acima destacada) que produziu aos seus olhos certo desencantamento, pois ele fala de sua inegável grandiosidade. Ouso dizer que a intenção de instituir tal desencanto já estava dada antes mesmo de a viagem processar-se. Nesse sentido, não é a Amazônia, quando limpa das marcas nela imprimidas por Humboldt (e por muitos outros naturalistas que adentraram a floresta no século XIX) que se apresenta aos olhos *euclidianos* em toda sua verdade e transparência. Através dos textos *euclidianos* sobre a Amazônia, emerge uma floresta, agora, desencantada, “sem” fauna, “sem” índios, finalmente “limpa” aos olhos do Brasil.

Finalizada minha explanação sobre o primeiro livro, sobre o qual desfilei argumentos, passo a expor algo sobre a segunda obra em questão neste trabalho. Para tanto, encaminho, também, minhas considerações finais, tecendo indagações que considero pertinentes ao recente campo de saberes e práticas da educação ambiental. Conforme destaquei na introdução, ao livro de Euclides da Cunha eu destinaria um maior espaço de escrituração, sendo que uso o livro de Amós Oz, sobretudo, para encaminhar minhas indagações finais, articulando-as à educação ambiental.

Nas profundezas da floresta, indagações à educação ambiental.

De repente, não havia mais vida animal (não-humana) na aldeia criada por Amós Oz. Todos os seres vivos desapareceram. Os peixes deixaram os riachos que cortavam os arredores daquela localidade. Os

pássaros deixaram para trás os cantos matutinos que embalavam o acordar de todos. Os cães nunca mais voltaram para brincar. Nenhum gato miou mais por comida ou por algum aconchego. Os pastos estavam vazios. Nas cocheiras, nem moscas voavam. Formigas deixaram de importunar. Venenos para ratos foram esquecidos num canto da dispensa. No galinheiro, nenhum ovo podia-se colher. Enfim, de repente, todos os animais, sem exceção alguma, sumiram.

As crianças da aldeia nutrem um desejo fervoroso por saber como eram os tempos em que havia animais, tal como um ou outro adulto deixa escapar em algum momento de descontração. Seus pais pareciam não querer relembrar esse tempo. Nas palavras de Amós Oz (2007)

Eram estranhos os desvios de memória das pessoas da aldeia: coisas que eles se empenhavam em lembrar às vezes fugiam e se escondiam bem no fundo, sob o manto do esquecimento. E exatamente aquilo que decidiam que era muito importante esquecer, justo isso vinha à tona, e saía de dentro do esquecimento como se fosse, intencionalmente, para incomodar. Às vezes se lembravam com os mínimos detalhes de coisas que quase nem tinham ocorrido. Ou se lembravam do que um dia existira e depois deixara de existir, lembravam com dor e saudade, mas de tanta vergonha ou pesar decidiam definitivamente que tudo fora só um sonho. E diziam aos filhos: isso não passa de lenda (p.50).

Nas profundezas da floresta que circunda a aldeia, os habitantes acreditam viver um ser com poderes mágicos e que seria o responsável por aquele misterioso desaparecimento. De noite, quando todos permaneciam no calor de suas casas, ouviam-se seus ruídos, seus sons aterrorizantes provenientes do bosque. Esse ser enigmático (que nunca ninguém viu, mas sabia que efetivamente existia) seria o responsável pelo *silêncio* que se abateu sobre a aldeia desde o dia que animal algum mais foi visto.

Um dia, duas crianças resolvem enfrentar o desconhecido, aguçadas pela curiosidade das histórias que escutavam e imaginavam, e adentraram aquela mata. E, para surpresa de todos, descobrem que lá nas suas profundezas estavam vivendo todos os animais que um dia moraram conjuntamente com os seres humanos da aldeia. Para lá foram e lá ficaram distantes de qualquer relação com o povo da aldeia, livres, finalmente, quem sabe, daqueles impertinentes e cruéis seres humanos.

Se no texto *euclidiano* que vimos os animais não interessam (são *silenciados* por um desinteresse tácito), pois não se tratava de fazer História Natural, mas de delimitar as fronteiras da nação, de ocupar, integrar e desenvolver o território da floresta amazônica (ou seja, tratava-se de *nacionalizar* a Amazônia); agora, no livro de Oz, os animais são *silenciados* porque eles interessam, sim, e muito. O livro propõe-se a perguntar, entre outras coisas, sobre os modos como nós estabelecemos relações com as outras formas de vida. Sobre os motivos que fariam, caso tivessem possibilidade (e no livro tiveram), com que os animais fugissem do nosso convívio. Tal pensamento reforça, de certo modo, uma significação importante do nosso tempo: o ser humano (sobretudo o urbano) visto como um intruso, seja em uma floresta, seja em uma aldeia, ainda, habitada por inúmeros animais, seja no planeta que estamos aquecendo cada vez mais – segundo informações que nos chegam por todos os lados. O ensinamento (com ares universalistas e, inclusive, moralistas) do livro parece ser: não sabemos tratar bem a nenhum outro ser vivo e, quiçá, nem a nós mesmos.

Tal narrativa torna imperativa, para um praticante de estudos culturais, a tessitura de algumas perguntas. Assim, indago: Haveria um único modo de ser (e de estar), “humano”? Haveria um único modo de se estabelecer relações com os animais? Todos os animais que vivem com agrupamentos humanos recebem o mesmo tratamento? Há uma única forma de ver e de narrar uma floresta, um bosque, uma aldeia, uma nação, um território? Há algum território, no qual se poderiam refugiar diferentes animais, que pode ser visto como *apagado* de marcações humanas?

E questiono também: Qual seria nesta aldeia criada por Oz a tarefa da educação ambiental? Seria ensinar como seus habitantes deveriam ter se relacionado com os animais, para que estes não fugissem? Seria fazer aqueles habitantes sentirem-se como intrusos, para que, com isso, quem sabe, possam se ver como inoportunos e inconvenientes para as outras formas de vida?

E, por fim, pergunto: Como ficariam os animais se fossem os seres humanos que se ausentassem de repente, que se escondessem nas profundezas de um lugar qualquer? O que aconteceria com os animais se nenhum ruído humano se fizesse sentir na aldeia onde antes alguns

animais viviam⁷? Qual seria nessa aldeia, silenciada dos sons humanos, a tarefa da educação ambiental?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. 2.ed. Campinas: Papirus, 2001. 88p.

ARRUDA, Roldão. Inca acende sinal de alerta contra compra de terras por estrangeiros. *O Estado de São Paulo* (Primeiro Caderno, A4), 05 de agosto de 2007.

AUGUSTO, Sérgio. O que seria do mundo sem uma espécie chamada homo sapiens? *O Estado de São Paulo* (Caderno 02, D7), 28 de julho de 2007.

BRAVO, Álvaro Fernández. *Literatura y frontera: procesos de territorialización en las culturas argentina y chilena del siglo XIX*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana y Universidad de San Andrés, 1999. 197p.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 209p.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 77p.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *Um olhar nacional sobre a Amazônia: apreendendo a floresta em textos de Euclides da Cunha*. 2007. 265 f. Tese – Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade da selva*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 345p.

LINK, Daniel. *Como se lê e outras intervenções críticas*. Chapecó: Argos, 2002. 269p.

MOSER, Walter. Estudos literários, estudos culturais: reposicionamentos. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, n.03, p. 62-76. 1998.

OZ, Amós. *De repente, nas profundezas do bosque*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 141p.

⁷ No recente livro "O mundo sem nós", o jornalista estadunidense Alan Weisman tece considerações (que se pretendem científicas) sobre como seria o planeta sem a presença humana. Segundo o autor, a Terra não desapareceria com o extermínio humano; pelo contrário, floresceria. Os seres-humanos são narrados no livro como intrusos de um planeta à espera de um tempo em que todos nós, seres humanos, um dia vamos, inexoravelmente, partir. Ver artigo de Sérgio Augusto (2007).

SLACK, Jennifer Daryl. The theory and method of articulation in cultural studies. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Orgs). *Critical Dialogues in Cultural Studies*. London/New York: Routledge, 1996.

VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha: esboço biográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 349p.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Algumas considerações sobre a articulação entre Estudos Culturais e Educação (e sobre algumas outras mais). In: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org). *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação*. Canoas: ULBRA, 2005. p.65-181.

Leandro Belinaso Guimarães - Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: lebelinaso@uol.com.br | www.leandrobelineaso.bio.br

Submetido em: janeiro de 2008 | Aceito em: setembro de 2009